

AS RELAÇÕES DE CUIDADO À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PANDEMIA DE COVID-19: UM RECORTE DE GÊNERO

Fernanda Salgado Alves¹
Marina Fonseca Silva¹
Fernanda Bicalho Pereira²
Janine Lopes Carvalho³

janinelcarvalho@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar em que a ocorrência da pandemia de Covid-19 afetou a vida de mulheres que desempenham a função de cuidado de crianças com deficiência, bem como a relação com seus dependentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e o material empírico foi construído através de entrevista estruturada com mães ou cuidadoras cujos dependentes realizam tratamento em um CAPS i. Os dados obtidos mostram que as mães/cuidadoras tiveram de alterar sua rotina para acompanhar integralmente ou dar um suporte mais próximo às crianças, o que ocasionou uma maior carga de trabalho para elas, e alterou a construção de sua relação de cuidado. Observamos que houve de fato impactos diversos da pandemia de Covid-19 nas relações de cuidado às pessoas com deficiência e constata-se a necessidade de estratégias que sejam capazes de incluir a dimensão do cuidado e as cuidadoras em projetos de inclusão nas mais diversas áreas da vida das pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com Deficiência; Pandemia da Covid 19; Cuidado;

INTRODUÇÃO

O conceito de deficiência não é uma definição estática. Ao longo dos anos, as considerações acerca do tema passaram por variações que levaram

¹ Graduadas em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga. Mestre em Saúde e Enfermagem. Professora dos cursos de Psicologia e Enfermagem da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Inclusão, Movimento e Ensino a Distância - NGIME/UFJF, coordenado pela professora Dr^a Eliana Lúcia Ferreira. Mestre em Psicologia, Graduada em Psicologia. Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

estabelecimento de uma compreensão mais ampla e profunda da deficiência, tendo em conta não só os aspectos referentes à dimensão das lesões e das questões físicas, mas também incluíram as perspectivas social e ambiental do indivíduo. Nesse sentido, a deficiência vem a ser conceituada como a experiência e os processos sociais pertinentes à vida de um indivíduo decorrentes de algum tipo de lesão ou diversidade física, intelectual ou sensorial, superando as restrições impostas a este indivíduo a partir da exposição de uma estrutura social opressiva (DINIZ, 2006).

A Lei Federal nº 13.146/2015, a partir da conceituação estabelecida pela Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência proclamada pela ONU em 2006, prevê em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s.p).

De acordo com Ferreira e Silva (2020), sabe-se que o impacto da pandemia na vida de mulheres foi demasiado em comparação ao sexo masculino. Bruno (2020) complementa que mulheres que atuam como cuidadoras estão entre as categorias profissionais que passaram a lidar, além dos riscos pertinentes ao próprio contexto pandêmico, com condições de trabalho inadequadas e degradantes, tendo que enfrentar, muitas vezes, situações abusivas e ameaçadoras. Posto isso, fundamenta-se a justificativa da realização de uma pesquisa que aponte indícios referentes a implicações diretas de tais circunstâncias na vida de mulheres que têm a responsabilidade de cuidar.

Tendo em vista o estabelecimento das relações de cuidado com figuras femininas, mais especificamente no que concerne à questão da deficiência, o objetivo deste estudo foi investigar em que a ocorrência da pandemia de covid-19⁴ afetou a vida de mulheres que desempenham a função de cuidado de

⁴ *Coronavirus Disease 2019*, causada pelo vírus SARS-CoV-2, é uma doença infecciosa respiratória

crianças com deficiência, bem como a relação com seus dependentes, e, para tal, alguns objetivos específicos são traçados neste trabalho, tais como: apresentar o modelo social da deficiência; observar como se dá a relação entre mães ou cuidadoras e de crianças e adolescentes com deficiência que fazem seu tratamento em um CAPS i de Matipó; compreender de que forma e intensidade a pandemia de covid-19 afetou as relações de cuidado à pessoas com deficiência, e as implicações que isso trouxe às cuidadoras.

Segundo Martins *et al.* (2012), os estudos sobre deficiência vêm sendo a muito tempo subvalorizados no campo das ciências sociais, principalmente em relação a interseções com outros movimentos minoritários, como a questão de gênero. Isso contribui para a manutenção da negligência às demandas da causa e para a desvalorização e alienação quanto a avanços já obtidos no decorrer dos anos. Tendo isso em vista, a relevância deste estudo se dá por meio da necessidade de novas investigações acerca do tema, levando em conta não só fatores de significância já debatidos anteriormente, mas também os novos contextos nos quais as questões de deficiência com recorte de gênero se evidenciam. A atual conjuntura mundial pandêmica pela qual estamos passando trouxe diversos desafios referentes a essa questão, e neste trabalho buscamos compreender uma das formas pelas quais isso se manifesta.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história da humanidade, a compreensão acerca do fenômeno da deficiência já teve diversos momentos. Desde os tempos mais longínquos, e nas mais variadas culturas, os diferentes entendimentos a respeito dessa questão provêm dos mais diversificados contextos, trazendo, por conseguinte, implicações diretas no modo como as pessoas com

surgida em 2019, na cidade chinesa de Wuhan e que se espalhou rapidamente por todo o mundo, configurando-se como uma pandemia. Seus sintomas principais incluem febre, tosse seca, dor no peito, dificuldade respiratória, etc.

deficiência eram, e ainda hoje são vistas perante a sociedade, bem como nos modos de convívio coletivo e, principalmente, na postura médica adotada no manejo destes indivíduos (GUGEL, 2008).

No intento de reconhecer e modificar tais injustiças cometidas ao longo dos anos contra as pessoas com deficiência, surge uma nova perspectiva de compreensão de tal questão, ordenada por princípios de justiça, inclusão e igualdade política e social. Essa vertente foi denominada como Modelo Social da Deficiência (MARTINS et al., 2012).

Conforme Diniz (2006, p. 4), essa foi a revolução dos estudos sobre deficiência, surgida no Reino Unido e nos Estados Unidos nos anos 1970. Sua consolidação se deu por meio da *UPIAS* (do inglês *Union of the Physically Impaired Against Segregation* - Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação), uma organização política criada por e para deficientes, com o objetivo primordial de estabelecer oposição ao até então vigente modelo médico de compreensão da deficiência, que defendia a deficiência como resultado inerente à lesão, reduzindo o indivíduo apenas a suas características biológicas e objetificando seu corpo e sua individualidade em favor de saberes médicos (DINIZ, 2006).

Através desse novo panorama, houve não só uma reestruturação na concepção acerca do que se conceitua como deficiência, mas também, e principalmente, provocou discussões que refletiram na criação de mecanismos que propusessem o desenvolvimento de políticas de inclusão e criação de direitos para estes indivíduos (MAIOR, 2017).

De acordo com Diniz, Barbosa e Santos (2009), a temática central dessas discussões foi a imprescindibilidade de reconhecer o corpo deficiente como uma diversidade de existência humana. Os teóricos do modelo social propunham que as vivências de opressão experimentadas por corpos lesionados eram derivadas exclusivamente de barreiras arquitetônicas sociais, que impediam o livre acesso e participação efetiva destes indivíduos à



sociedade. Tal experiência era, por definição, o que conceituava deficiência. Com a retirada de tais impedimentos de ordem estrutural, acreditavam os teóricos do modelo social, qualquer indivíduo com deficiência seria capaz de participar ativamente da sociedade, bem como usufruir de sua independência como qualquer outro indivíduo.

As críticas instituídas pelo modelo social fundamentavam-se especialmente em três bases: a luta por mudanças em espaços físicos e arquitetônicos com finalidade de promover a inclusão das pessoas com deficiência a todo e qualquer ambiente; o reconhecimento das capacidades e potencialidades físicas, mentais, intelectuais e sensoriais das pessoas com deficiência, não ignorando a existência das limitações, mas elaborando alternativas que compreendam também tais diferenças no processo de participação social; e o desejo de exclusão do padrão de normatividade corporal defendido pelo modelo médico, entendendo o processo da deficiência muito mais como um fator de diversidade de existência humana que um mero defeito ou imperfeição individual (DINIZ, 2006).

A primeira geração de teóricos do modelo social pautava-se no ideal de normatividade capitalista para fundamentar seu desejo de participação efetiva na sociedade. Porém, de acordo com Diniz (2006), ao tratar da questão com foco na independência, pautando-se neste ideal social de produtividade capitalista, que considera que a eliminação das barreiras que impedem o livre exercício da cidadania à pessoas com deficiência é suficiente para que todo e qualquer indivíduo seja capaz de desempenhar funções produtivas e participação ativa na sociedade, os teóricos do modelo social desconsideraram uma significativa parcela da comunidade com deficiência: aqueles que são invariavelmente dependentes.

Os invariavelmente dependentes seriam aqueles que necessitam de apoio ou cuidados integrais, independente da situação social, cultural, econômica etc, na qual o indivíduo está inserido. Pessoas com deficiências



graves, como por exemplo paralisia cerebral, precisam de cuidados constantes como manutenção à saúde e convívio social. Segundo Diniz (2006), o objetivo dessa crítica era também o de mostrar que a ética do cuidado se trata não só de uma questão de direito, mas de justiça, no sentido de normalizar tal aspecto como parte fundamental da experiência humana e compreender que tal questão

não implica em caridade, dependência ou submissão.

A discordância das teóricas feministas ao modelo social não intencionava rivalizar ou desconsiderar as conquistas da primeira geração do movimento. Conforme Diniz (2006, p. 27), há uma grande preocupação de que a crítica feminista não se converta em um bloco opositor às conquistas argumentativas do modelo social perante o modelo médico. O objetivo dessa nova geração era fortalecer as argumentações já sucedidas a partir do reconhecimento, e inclusão de uma diversidade subjetiva na experiência da deficiência (DINIZ, 2006).

Um dos principais fundamentos da crítica feminista ao modelo social da deficiência é o de que inter/dependência é um processo inerente à experiência humana, não só às pessoas com algum tipo de vulnerabilidade. Para Guimarães (2008), o fator dependência não deve ser visto como algo incapacitante ou negativo, visto que, todo indivíduo, em algum momento da vida, demanda por cuidado, seja momentâneo ou definitivamente. O cuidado é algo necessário no sentido de se constituir como instrumento de amparo e proteção àquele que necessita, sendo indispensável em determinadas situações e a determinados indivíduos.

O cuidado é um processo fundamental não só no que diz respeito a individualidade do sujeito dependente, mas também necessário na organização social de uma comunidade, já que se refere a uma condição social inerente ao ser humano, responsável pelo auxílio no desenvolvimento saudável do sujeito. Assim sendo, é indispensável que haja uma estrutura política quem



compreenda e aceite as relações de cuidado como uma parte fundamental da vivência de pessoas com deficiência e a questão de gênero explícita envolvida neste contexto (GUIMARÃES, 2008).

O cuidado pode ser compreendido de diversas formas. Uma atitude de benevolência e solidariedade dirigida a outro indivíduo; determinada situação proveniente de uma relação que provoque apreensões e dedicação a alguém; uma associação de responsabilidade mútua, que visa não só suprir

necessidades, mas implica uma relação de convívio afetivo e social; em síntese, o cuidado possui distintas perspectivas conceptivas, mas todas envolvem a adesão e participação em um vínculo formado por dois ou mais indivíduos, tendo em vista que o cuidado se baseia numa relação interpessoal (GUIMARÃES, 2008).

De acordo com Guimarães (2008), entretanto, apesar da constituição do cuidado como uma relação interpessoal, tal conjuntura possui uma postura ética particular, na qual existem aspectos morais aplicados ao objetivo de estabelecer uma ligação que compreenda as necessidades individuais de cada sujeito do processo e respeite mutuamente os direitos dos mesmos. Na pandemia, a ética do cuidado se acentuou, uma vez que, seguindo o princípio da interdependência, as atividades desempenhadas dentro da função de cuidar tiveram de passar por adaptações devido a garantia da saúde e respeito aos direitos e a singularidade da pessoa cuidada (BOCK, GOMES E BECHE, 2020).

A pandemia afetou significativamente as vivências humanas. Porém, cada indivíduo sentiu este impacto de uma maneira diferente, alguns mais do que outros. Este é o caso das pessoas com deficiência, principalmente aquelas que possuem uma rotina de cuidados específica e estável, e dependem de terceiros tanto para cumprir tal rotina quanto para se relacionar, direta ou indiretamente (BOCK, GOMES E BECHE, 2020).

Levando em conta que muitas pessoas com deficiência necessitam de



apoio e cuidados regularmente, e tal condição os coloca diretamente em contato com outros indivíduos, em relação às normas sanitárias de distanciamento social, por exemplo, estas pessoas sofrem duplamente prejuízos em caráter de saúde e convívio social, já que a exposição aos outros é fundamental não só para a manutenção dos processos de cuidado como também para a construção de um vínculo afetivo e social, mas ao mesmo tempo pode configurar-se como fator de risco e contaminação (CURY *et al.*, 2020).

Tendo isso em vista, conforme Araújo e Fernandes (2020), é possível

dimensionar não só as diferenças relativas aos processos de enfrentamento às situações influenciadas pela pandemia, mas principalmente ter uma noção específica de como as dificuldades para as pessoas com deficiência se evidenciam muito mais intensas. De modo conseqüente a isso, a função de cuidado a estas pessoas também se tornou mais difícil, já que além dos cuidados a serem tomados por si próprios, os cuidadores precisam levar em conta a condição e os riscos para a saúde de seus dependentes (BRUNO, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (2012), caracteriza-se por uma análise de dados baseada nas questões mais subjetivas e intrínsecas do ponto de vista de um indivíduo acerca do fenômeno observado, levando em conta suas vivências e a forma como as percebe e as experimenta, de acordo com o contexto onde está inserido.

O estudo foi realizado em um Centro de Atenção Psicossocial infantil (CAPS i) em um Município de pequeno porte da Zona da Mata Mineira. O Caps i realiza o acolhimento, tratamento e reinserção social de crianças e adolescentes, que tenham transtornos mentais graves e persistentes, formada por uma equipe multifuncional com médicos pediatras e psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, assistente administrativo, entre



outros profissionais de acordo com a demanda (CHIAPPINI, 2008).

A pesquisa foi realizada com as mães ou as cuidadoras de crianças e adolescentes com deficiência que fazem seu tratamento no CAPS i. Devido a pandemia de Covid-19, alguns protocolos de segurança foram adotados para a realização das entrevistas, sendo estes o uso de máscara, *face shield* e distanciamento social mínimo necessário de ambas as partes, além da higienização constante do ambiente onde as entrevistas foram realizadas.

Como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma entrevista estruturada, elaborada pelas próprias pesquisadoras, com o intuito de conhecer e registrar os aspectos pertinentes à temática. As questões buscaram

compreender de que forma e intensidade a pandemia de Covid-19 afetou as relações de cuidado às pessoas com deficiência, e que implicações isso trouxe aos cuidadores.

Antes de responder o questionário foi explicado as participantes o objetivo do estudo e a importância da fidedignidade nas respostas. Assim, todas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após a devida leitura.

A pesquisa foi realizada em agosto de 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira etapa da entrevista buscou identificar o perfil sociodemográfico das mulheres responsáveis pela função de cuidar das crianças com deficiência. Conforme mostra a tabela abaixo, foram entrevistadas 6 cuidadoras com idades entre 18 e 35 anos.

Tabela 1: Características sociodemográficas referidas pela população entrevistada, 2021

Características	N=6	%
Sexo		
Feminino	6	100
Faixa Etária		
18 a 35	5	83,33
Acima de 35 anos	1	16,67



Matipó/MG
XV FAVE
Estado Civil
Casado
Solteiro
Fórum Acadêmico da Univértix
19 a 23 de Setembro de 2022

Casado	1	16,67
Solteiro	5	83,33
Parentesco com a criança		
Mãe	4	66,67
Tia	1	16,67
Cuidadora	1	16,67
Escolaridade		
Ensino Fundamental Completo	1	16,67
Ensino Médio Completo	4	66,67
Ensino Médio Incompleto	1	16,67
Renda Familiar		
Mais de um salário	1	16,67
Um salário	3	50
Variada	2	33,33

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

Em seguida, buscou-se definir também o perfil da criança a qual cada mulher entrevistada é responsável. Das 6 crianças em questão, 5 são do sexo masculino e 1 é do sexo feminino. A faixa etária das crianças varia dos 2 aos 15 anos de idade.

Tabela 2: Características sociodemográficas referentes à criança com deficiência, 2021

Características	N=6	%
Sexo		
Masculino	5	83,33
Feminino	1	16,67
Faixa Etária		
Até 5 anos	2	33,33
De 5 a 10 anos	2	33,33
De 10 a 15 anos	2	33,33
Irmãos		
Sim	5	83,33
Não	1	16,67
Possui Benefício		
Sim	1	16,67
Não	5	83,33
Idade do Diagnóstico		
Entre 0 e 3 anos	4	66,67
Entre 3 e 6 anos	2	33,33
Tratamentos que realiza		
Psiquiátrico	3	50
Psicológico	6	100
Fonoaudiológico	2	33,33
Psicopedagógico	1	16,67
Faz Uso de Medicação		
Sim	4	66,67
Não	2	33,33
Frequência do Atendimento no CAPS		
Semanalmente	5	83,33



Matipó/MG
XV FAVE
Quinzenalmente
Está Matriculado na Escola
Forum Acadêmico da Univértix
Sim
19 a 23 de Setembro de 2022
Não
Fonte: Dados da Pesquisa, 2021

1	16,67
4	66,67
2	33,33

A etapa seguinte da pesquisa consistiu em investigar alguns aspectos do funcionamento da rotina da criança e da cuidadora com intuito de compreender se houve e, em caso positivo, quais foram as modificações que a pandemia acarretou nessa relação.

Foi perguntado se houve algum tipo de acompanhamento da escola ou suporte do professor durante a realização das aulas remotas, e como isso se

deu. Das 4 crianças em idade escolar, nenhuma recebeu qualquer tipo de apoio da escola na realização das aulas remotas, ficando esta função a cargo dos pais/cuidadores, ou, em um dos casos, um professor particular.

De acordo com Cury *et al.* (2020), a singularidade que a pandemia trouxe ao contexto da educação de crianças com deficiência, especificamente, demanda por uma postura colaborativa entre escola e família, a fim de compreender e acolher as necessidades do aluno e “traçar e planejar atividades que proporcionem a manutenção da rotina escolar” (p. 7). É conhecido que a falta de suporte acarreta em prejuízos significativos para os processos de aprendizagem e questões de socialização do aluno com deficiência, mas, no contexto aqui abordado, a falta de apoio da escola também impacta a relação familiar da criança, em razão de demandar uma mobilização da família em função de tentar suprir as demandas da criança e garantir minimamente uma aprendizagem satisfatória, o que nem sempre ocorre, gerando frustrações em ambas as partes do sistema familiar (CURY *et al.*, 2020).

Com relação a pessoa responsável por cuidar da criança durante o dia, no período em que as aulas e permanência no CAPS foram suspensas, 16,67% das crianças ficaram sob os cuidados da avó materna, 16,67%



Matipó/MG

XV FAVE

Fórum Acadêmico da Univértix
19 a 23 de Setembro de 2022

permaneceram com a cuidadora, e 66,67% crianças ficaram com suas mães. Dessas 66,67% mães, 50% precisaram e/ou optaram por parar de trabalhar para cuidar dos filhos durante a pandemia.

Como apresentado ao longo desse trabalho, as funções de cuidado são exercidas predominantemente por mulheres, devido ao longo contexto histórico envolvendo as questões de gênero. O impacto que a pandemia exerceu sobre as relações de cuidado às pessoas com deficiência foi sentido de maneira muito mais drástica por mães, por exemplo, seja devido a necessidade de enfrentar uma dupla jornada de trabalho, alternando entre o cuidado com os filhos, ainda mais rigoroso no caso de crianças com deficiência durante a pandemia, e o trabalho fora de casa; ou pela necessidade de renunciar ao emprego formal para

dedicar-se única e exclusivamente ao cuidado com os filhos. A questão é, colocando em comparativo ao gênero oposto, o impacto a pais e/ou cuidadores não foi sentido de maneira igualitária (OLIVEIRA, 2021).

Dentre os prejuízos percebidos pelas cuidadoras com relação à suspensão das aulas presenciais das crianças, as principais respostas incluíram

Atrasos por dificuldades na aprendizagem e prejuízos na socialização (ENTREVISTADA 3).

Agitação excessiva por causa do isolamento social (ENTREVISTADA 4).

Estremecimento da relação familiar (ENTREVISTADA 5).

De acordo com Oliveira (2021), a pandemia abalou de forma muito mais significativa alunos com deficiência, visto que a escola se constitui como fator principal de interação e participação social para crianças, de uma forma geral, mas ainda mais com relação a crianças com deficiência, que requerem desse contato para auxiliar no desenvolvimento cognitivo e físico. Além disso, as dificuldades com relação ao ensino remoto causaram prejuízos em outras



áreas da vida dessas crianças, principalmente no que se refere a relação familiar, cuja necessidade de auxílio na realização de atividades e a convivência constante gerou mais situações estressantes (OLIVEIRA, 2021).

Com a possibilidade de retorno as aulas presenciais, duas mães relataram que deixariam seus filhos regressar à escola, enquanto outras duas disseram que não. A justificativa para ambas as negativas é devido ao temor à pandemia de Covid-19

A gente fica com medo da nova variante (ENTRAVISTADA 1).

Por receio porque tem idosos em casa (ENTREVISTADA 2).

Como em qualquer tipo de doença viral, a Covid-19 está sujeita a erros em seu código genético que, através de um amplo processo de mutações, tornam-se variantes. É natural que isso aumente ainda mais o nível de preocupação com a saúde, principalmente devido ao impacto que as variantes

causam no curso da doença e no temor de que as vacinas sejam ineficazes contra elas (PINHEIRO, 2021). Consequentemente, se intensifica a apreensão quanto à saúde de pessoas de meia idade ou idosos, visto que as taxas de contaminação, internação e morte prevalecem entre pessoas acima dos 50 anos de idade (SANAR MEDICINA, 2020).

Por fim, foi perguntado as entrevistadas “de que forma você vê que a pandemia afetou você e o seu filho(a)?”. As respostas foram as seguintes:

[a criança] perdeu a interação com as outras crianças, mas a proximidade entre a família e com a babá aumentou bastante (ENTREVISTADA 1).

Em tudo, o isolamento, a relação com a família porque os pais são separados e ela não tem uma casa física (ENTREVISTADA 2).

Nós dois ficamos mais estressados, e também percebi que a socialização [da criança] se dificultou mais ainda. (ENTREVISTADO 3).

Nós dois ficamos mais nervosos, [a criança] se fechou, tem ficado muito sozinho, tem vontade de sair, mas não pode por causa da pandemia (ENTREVISTADA 4).

A convivência mais intensa e prolongada deixou nós dois mais estressados e nossa relação ficou estremecida, nós passamos a nos ofender mais, as vezes intencionalmente, as vezes não (ENTREVISTADA 5).

Não notei nenhuma mudança (ENTREVISTADA 6).

Em vista dos relatos acima, é possível ilustrar os impactos da pandemia na relação entre as cuidadoras e seus dependentes. De forma geral, a pandemia ocasionou uma necessidade de convívio mais acentuado entre familiares ou pessoas que vivem juntas devido ao isolamento social e protocolos de quarentena. Isso refletiu em mudanças nas relações interpessoais, gerando aproximações ou afastamentos (OLIVEIRA, 2021). E proporcionalmente ao aumento da carga de serviço das cuidadoras, há também o aumento da carga emocional com que elas precisam lidar, além de lidar com o estado mental de seus dependentes, que sofrem muitos prejuízos devido à falta de contato com o mundo externo (BRUNO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado ao longo do trabalho, conclui-se, portanto, que houve de fato impactos diversos da pandemia de Covid-19 nas relações de cuidado às pessoas com deficiência, tendo sido alcançados os objetivos do estudo. A realização deste proporcionou a ampliação da compreensão do problema abordado, principalmente no que se refere ao recorte de gênero na ética do cuidado.

Os dados obtidos mostram que as mães/cuidadoras tiveram de alterar sua rotina para acompanhar integralmente ou dar um suporte mais próximo às crianças, principalmente nos quesitos educação e convivência, onde ocorreram as maiores mudanças e/ou prejuízos.

Assim sendo, constata-se a necessidade de mais estudos que debatam de forma explícita sobre a importância da interdependência na vida de pessoas com deficiência, bem como a criação de estratégias que sejam capazes de incluir a dimensão do cuidado e as cuidadoras, sejam profissionais ou não, em



Matipó/MG

XV FAVE

projetos de inclusão nas mais diversas áreas da vida das pessoas com deficiência.

Fórum Acadêmico da Univértix

19 a 23 de Setembro de 2022

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L. A. S. de; FERNANDES, E. M. O cuidado com pessoas com deficiência em tempos do COVID-19: considerações acerca do tema. *Braz. J. Hea. Rev., Curitiba*, v. 3, n. 3, 5469-5480 may./jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015b. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Recuperado: 17 ago. 2018.

BRUNO, M. M. Cuidadoras enfrentam abusos e riscos na pandemia de coronavírus. **Gênero e Número**, 2020.

BOCK, G. L. K.; GOMES, D. M.; BECHE, R. C. E. A experiência da deficiência em tempos de pandemia: acessibilidade e ética do cuidado. **Criar Educação**, Criciúma, v. 9, nº2, Edição Especial 2020.

CHIAPPINI, C. K. **Humanização e saúde mental: o discurso da equipe**

multidisciplinar do CAPS Capilé em São Leopoldo - RS. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. Porto Alegre, dezembro 2008.

CURY, C. R. J. *et. al.* O aluno com deficiência e a pandemia. **Instituto Fabris Ferreira**. São Paulo, julho 2020.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **Série Anis**, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. Editora e Livraria Brasiliense. Edição do Kindle, 2017.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Rev. int. direitos human*, São Paulo, v. 6, n. 11, dec. 2009.

FERREIRA, L.; SILVA, V. R.. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBT+. **Gênero e Número**, 2020.

GUIMARÃES, R. Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nessa relação?. **SER Social**, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 213–238, 2009.



Matipó/MG

XV FAVE

MAIOR, M. M. de L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 1 dez. 2017.

19 a 23 de Setembro de 2022

MARTINS, B. S.; FONTES, F.; HESPANHA, P.; BERG, A. A emancipação dos estudos da deficiência, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 98 | 2012, publicado a 06 junho 2013, consultado a 28 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/5014>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5014>

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H.. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, Dec. 2012.

MINAYO, M.C. de S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012.

OLIVEIRA, J.. Pandemia é mais cruel com alunos com deficiência, alertam especialistas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 17 agosto 2021.

PINHEIRO, C. Variantes do coronavírus: quem são e como se comportam. **Veja Saúde**, 15 junho 2021.